



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



WALLYSON ELIAB DE SOUSA SILVA

**ANÁLISE DO CONHECIMENTO DOS SOLDADOS EM FORMAÇÃO NA
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS SOBRE OS ASPECTOS GERAIS
DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO**

GOIÂNIA-GO

2024

WALLYSON ELIAB DE SOUSA SILVA

**ANÁLISE DO CONHECIMENTO DOS SOLDADOS EM FORMAÇÃO NA
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS SOBRE OS ASPECTOS GERAIS
DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação da Prof. 2º Sargento Vivienne Martins Severo.

GOIÂNIA-GO

2024

ANÁLISE DO CONHECIMENTO DOS SOLDADOS EM FORMAÇÃO NA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS SOBRE OS ASPECTOS GERAIS DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

ANALYSIS OF THE KNOWLEDGE OF SOLDIERS UNDER TRAINING AT THE GOIÁS MILITARY POLICE ACADEMY ON THE GENERAL ASPECTS OF COMMUNITY POLICING

Wallyson Eliab de Sousa Silva¹
Vivieni Martins Severo²

Resumo

O objetivo geral deste trabalho é analisar o conhecimento dos alunos em formação na Academia de Polícia Militar de Goiás em relação aos aspectos gerais do policiamento comunitário contribuindo para o aprimoramento da formação e promover uma atuação policial mais alinhada às necessidades e expectativas das comunidades. Utilizando uma metodologia que incluiu revisão bibliográfica, pesquisa documental e aplicação de questionários, os resultados revelaram um nível sólido de conhecimento teórico entre os alunos sobre os princípios fundamentais do policiamento comunitário. No entanto, também destacaram áreas de oportunidade para aprimoramento, especialmente em relação à integração desses princípios nos materiais educacionais e à preparação prática para sua aplicação. A importância atribuída à construção de parcerias positivas com a comunidade foi evidente, destacando a necessidade de uma colaboração efetiva entre a polícia e os cidadãos. Embora os alunos tenham expressado uma percepção positiva sobre a eficácia do policiamento comunitário na prevenção de crimes e na promoção de uma interação positiva entre a polícia e a comunidade, foram identificados desafios significativos a serem superados. Recomenda-se que as autoridades responsáveis pela formação continuem investindo em abordagens práticas e teóricas que fortaleçam o entendimento e a aplicação do policiamento comunitário, adaptando a formação para abordar as particularidades da região de atuação da Polícia Militar de Goiás.

Palavras-chave: Polícia Militar; Policiamento Comunitário; Formação Policial; Participação da Comunidade.

Abstract

The main objective of this study is to analyze the knowledge of students undergoing training at the Military Police Academy of Goiás regarding the general aspects of community policing, contributing to the improvement of training and promoting a police performance more aligned with the needs and expectations of communities. Using a methodology that included literature review, documentary research, and questionnaire application, the results revealed a solid level of theoretical knowledge among students about the fundamental principles of community policing. However, they also highlighted areas of opportunity for improvement, especially regarding the integration of these principles into educational materials and practical preparation for their application. The importance attributed to building positive partnerships

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: wallyson.eliab@pm.go.gov.com.br. Telefone: (61)984075659.

² Orientadora Professora da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduado em Ciência da Computação e Especialista em Análise Criminal Email: vivienems@pm.go.gov.br. Telefone: 62 98528-9894.

with the community was evident, emphasizing the need for effective collaboration between the police and citizens. Although students expressed a positive perception of the effectiveness of community policing in crime prevention and promoting positive interaction between the police and the community, significant challenges were identified to be overcome. It is recommended that the authorities responsible for training continue to invest in practical and theoretical approaches that strengthen the understanding and application of community policing, adapting the training to address the specificities of the operational region of the Military Police of Goiás.

Keywords: Military Police; Community Policing; Police Training; Community Participation.

1 INTRODUÇÃO

O policiamento comunitário é uma abordagem fundamental para promover uma relação mais próxima e colaborativa entre as forças policiais e as comunidades que servem. Essa prática visa fortalecer a confiança mútua, aumentar a eficácia das ações policiais e fomentar uma sensação de segurança compartilhada. Em um cenário em constante evolução, é essencial que os futuros profissionais da Polícia Militar estejam bem-informados e preparados para implementar estratégias eficazes de policiamento comunitário.

A escolha deste tema se justifica pela necessidade de avaliar o conhecimento dos alunos em formação na Academia de Polícia Militar de Goiás em relação aos aspectos gerais do policiamento comunitário. Compreender a percepção e entendimento desses futuros profissionais sobre práticas de policiamento que priorizam a interação positiva com a comunidade é fundamental para garantir uma atuação policial alinhada às demandas contemporâneas.

Esta pesquisa contribuirá para aprimorar a formação desses alunos, identificando lacunas de conhecimento e áreas que necessitam de reforço. Além disso, ao fornecer uma avaliação crítica do conhecimento sobre policiamento comunitário, a pesquisa busca promover uma atitude proativa em relação à integração efetiva das forças policiais com as comunidades que atendem. O resultado deste trabalho não apenas impactará a formação desses futuros profissionais, mas também pode orientar a revisão e atualização de programas educacionais na academia, visando uma atuação policial mais eficaz e alinhada aos princípios do policiamento comunitário.

A problematização do projeto de pesquisa é a seguinte: Como as lacunas no conhecimento dos alunos em formação na Academia de Polícia Militar de Goiás acerca dos aspectos gerais do policiamento comunitário impactam a eficácia e a implementação bem-

sucedida dessa abordagem nas práticas policiais futuras, considerando a necessidade crescente de uma atuação policial mais próxima e integrada às comunidades?

Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho é analisar o conhecimento dos alunos em formação na Academia de Polícia Militar de Goiás em relação aos aspectos gerais do policiamento comunitário contribuindo para o aprimoramento da formação e promover uma atuação policial mais alinhada às necessidades e expectativas das comunidades.

Os objetivos específicos são: investigar o nível de conhecimento dos alunos em formação acerca dos princípios fundamentais do policiamento comunitário; avaliar a compreensão dos futuros profissionais sobre a importância de construir parcerias positivas com a comunidade no contexto do policiamento; identificar a percepção dos alunos em formação sobre a aplicabilidade prática dos conceitos de policiamento comunitário em diferentes cenários; analisar as percepções dos alunos sobre os desafios e benefícios do policiamento comunitário.

Para alcançar os objetivos foi escolhida a abordagem metodológica mista. A revisão bibliográfica explorou teorias, práticas e desafios dessa abordagem. Simultaneamente, a pesquisa documental examinou materiais educacionais utilizados na formação dos alunos. O estudo de caso, central para a pesquisa, envolveu a aplicação de questionários via Google Forms aos alunos da academia. Esses questionários buscaram avaliar o entendimento teórico, a aplicabilidade prática e a percepção da importância do policiamento comunitário pelos alunos. A amostra foi composta pelos próprios alunos, garantindo a confidencialidade das respostas e proporcionando uma visão abrangente.

2 REVISÃO TEÓRICA

Uma das mudanças mais impactantes introduzidas na sociedade brasileira pela Constituição Federal de 1988 foi a ampliação dos poderes conferidos aos cidadãos para participarem ativamente nas decisões políticas dos governantes. Esse aumento na participação foi fortemente motivado pelo retorno à democracia. A designação popular "Constituição Cidadã" reflete a ênfase colocada na participação popular na elaboração de políticas voltadas para o bem comum (Carvalho, 2004).

Ao investigar historicamente esse tema, Cabral (2018) esclarece que é possível observar que as iniciativas participativas no Brasil tiveram início nos anos 80, durante o movimento de redemocratização, caracterizado pela busca por uma ruptura com estruturas não democráticas.

Ainda de acordo com Cabral (2018), a participação popular, então consolidada como instrumento democrático a partir da Constituição de 1988, adotou um modelo de garantia dos direitos individuais, difusos e coletivos. Na visão contemporânea do universo democrático representativo, a participação traduz-se na habilidade dos indivíduos de influenciarem as decisões políticas tomadas por seus representantes do Estado. Dessa maneira, o envolvimento em ações políticas e governamentais permitiu que os cidadãos brasileiros se integrassem em várias áreas de interesse comum.

Na visão Bittner (2003), a segurança pública emergiu como uma das áreas de destaque. A Constituição estipula que a segurança é responsabilidade de todos, sendo exercida para preservar a ordem pública e a integridade das pessoas e de seus patrimônios. Ficou claro que a segurança não é apenas um direito do cidadão, mas também uma responsabilidade inerente a todas as pessoas.

Nesse contexto, Assis e Costa (2023) complementam que a proximidade entre as forças policiais e a comunidade resultou em um novo conceito, a segurança cidadã, promovendo um engajamento mais profundo da comunidade na proteção dos cidadãos, na prevenção de crimes e na promoção de ações que assegurem a participação popular na área de segurança.

A Polícia Comunitária, desde sua concepção, foi desenvolvida como filosofia, estratégia organizacional e ferramenta operacional de prevenção primária. Como filosofia, ela orienta todas as atividades da corporação e de seus integrantes, destacando a importância de a Polícia Militar não ser uma burocracia distante, mas atuar em colaboração com a comunidade (Camargo, 2015).

Desde sua implementação em 1997, o modelo comunitário de prevenção tem sido fundamental para alcançar uma polícia comprometida com a proteção da dignidade humana, indo além das estratégias convencionais para promover uma redefinição na abordagem do serviço policial. O agente público encarregado da polícia é agora percebido não apenas como um executor de suas obrigações legais, mas como um defensor da dignidade humana, atuando com respeito aos direitos das pessoas e uma abordagem ética abrangente (Camargo, 2015).

Para Vantobra et al. (2023) a concretização dessa visão implica em uma mudança comportamental tanto por parte da polícia quanto da população, envolvendo um amplo processo de reeducação. É importante que o policial compreenda que soluções na segurança pública não devem ser impostas de forma unilateral, mas sim buscadas participativamente com a sociedade. Por sua vez, a sociedade precisa superar a síndrome do "capitão do mato"

em relação ao policial, enxergando-o não como um caçador de bandidos, mas como alguém conhecido, integrado à comunidade e digno de confiança e respeito.

Bayley (2002) explica que o policial, ao atuar não como um interventor estranho, mas como um membro integrado à comunidade, colabora para que a sociedade e a polícia encontrem mecanismos de participação comunitária, definindo estratégias e prioridades no serviço de segurança pública.

A Polícia Comunitária, como estratégia organizacional, colhe os benefícios da participação dos cidadãos, potencializando sua capacidade de ação e a qualidade de sua atuação. A participação comunitária fortalece a atuação operacional da corporação, permitindo uma colaboração efetiva dos cidadãos na identificação e priorização de problemas locais, bem como na formulação de soluções (Moraes; Junior, 2021).

Embora um tanto esquecida atualmente, é relevante entender que a Polícia Comunitária também é uma ferramenta operacional. Essa ferramenta, de fundamental importância para o sucesso do projeto, desempenha um papel útil como prevenção primária, disponível para os comandantes de unidades territoriais em todos os níveis. No entanto, é necessário ajustar o conceito de prevenção para potencializar a capacidade de ação dos comandantes territoriais (Junior; Cruz, 2022).

Conforme Bittner (2003) a articulação de esforços no conceito de prevenção do crime pode ser analisada em três aspectos: prevenção primária, prevenção secundária e prevenção terciária. A prevenção primária atua sobre as causas sociais da criminalidade, reconhecendo que a presença policial isolada pode perder eficácia em certas áreas. A prevenção secundária, como o patrulhamento ostensivo, foca em inibir a prática de delitos, enquanto a prevenção terciária depende da exemplar punição legal dos infratores para garantir a inibição do crime. A eficácia da prevenção secundária, por sua vez, está intrinsecamente ligada à eficácia da prevenção primária.

O policial territorial, para a prevenção primária, conta com a participação comunitária para intervir localmente na identificação e solução de problemas que contribuem para a violência e a prática de crimes. A utilização da Polícia Comunitária como ferramenta operacional não apenas retroalimenta a interação polícia-comunidade, mas também legitima imediatamente os atos da polícia por meio dos resultados concretos que ela proporciona (Junior; Cruz, 2022).

O modelo de policiamento ostensivo, caracterizado pela presença de várias viaturas patrulhando aleatoriamente, pode eventualmente reduzir a criminalidade, mas tende a apenas deslocar as atividades criminosas de um local para outro, onde há menor patrulhamento.

Nesse contexto, o aumento no número de policiais não é o fator determinante para a diminuição do crime (Bayley, 2002). Por outro lado, o modelo de policiamento a pé, uma proposta da Polícia Comunitária, pode não impedir a prática de crimes, mas proporciona uma maior sensação de segurança à população.

A implementação desse novo modelo de polícia enfrenta desafios significativos, incluindo a necessidade de resgatar a confiança da sociedade e envolvê-la no processo, considerando a problemática da separação de valores dentro da própria sociedade, muitas vezes resultando em tratamentos diferenciados para a polícia conforme a hierarquia social. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 144, que a segurança pública é dever do Estado, mas também é responsabilidade de todos (Cabral et al., 2018).

Nesse sentido, Mesquita Neto (2004) esclarece que a referida filosofia da Polícia Comunitária se justifica ao promover a participação ativa da população para alcançar seus objetivos, algo que não era comumente praticado quando os quartéis policiais eram mais fechados e restritos.

Com a implementação desse novo modelo de polícia, a população exerce seu direito de participação, com os quartéis militares abertos à comunidade, buscando orientação, expressando reclamações e colaborando para a promoção do bem comum. No entanto, enfrenta-se a dificuldade de superar a cultura tradicional da visão do policial, que, devido a um estado contínuo de alerta inerente à profissão, tende a considerar todo indivíduo como um possível inimigo. Essa mentalidade precisa ser reavaliada diante da necessidade de aproximação e interação com a população, também visando a preservação da saúde mental do profissional (Cabral et al., 2018).

De acordo com Assis e Costa (2023) os desafios incluem a questão da centralização do comando, exigindo maior autonomia para o policial comunitário que atua junto à comunidade, conhecendo suas necessidades específicas. A falta de participação da própria sociedade é um aspecto importante, destacando a necessidade de superar barreiras econômicas, sociais, raciais e étnicas para promover essa aproximação e colaboração com a polícia. Além disso, a escassez de recursos e a falta de investimento em marketing são obstáculos a serem enfrentados, sendo essencial buscar apoio dentro da sociedade para viabilizar o projeto. O uso de marketing visa promover as mudanças necessárias dentro da corporação, incluindo aspectos hierárquicos, a fim de proporcionar as transformações fundamentais.

A superação das barreiras econômicas, sociais, raciais e étnicas exige um compromisso coletivo na busca por uma maior integração entre a comunidade e as forças

policiais. Isso implica na necessidade de programas educacionais e campanhas de conscientização para promover uma compreensão mais ampla dos desafios enfrentados pela polícia e da importância da colaboração cidadã (Assis; Costa, 2023).

No que diz respeito à mentalidade dos profissionais de segurança, é imperativo investir em programas de treinamento que promovam uma abordagem mais colaborativa e orientada para a comunidade. A superação do estado constante de alerta e a promoção de uma visão mais integrativa dos cidadãos como parceiros na construção da segurança são essenciais para a eficácia do policiamento comunitário (Junior; Cruz, 2022).

No caso de Vantroba et al. (2023), a descentralização do comando é outra área que merece atenção, pois proporciona ao policial comunitário maior autonomia e capacidade de adaptação às necessidades específicas da localidade em que atua. Essa descentralização não apenas fortalece a relação entre polícia e comunidade, mas também permite uma resposta mais ágil e direcionada aos desafios locais, contribuindo para a eficácia do modelo comunitário.

Para Moraes e Junior (2022) é importante ressaltar que o marketing não se limita apenas à promoção externa da Polícia Comunitária, mas também engloba iniciativas internas. Estratégias de marketing interno são essenciais para sensibilizar os próprios membros da corporação sobre a importância da mudança de paradigma, incentivando uma postura mais participativa, colaborativa e comprometida com os princípios da Polícia Comunitária.

Em última análise, Junior e Cruz (2022) afirmam que a implementação bem-sucedida da Polícia Comunitária requer uma abordagem abrangente que envolva a sociedade, os profissionais de segurança e a estrutura organizacional da polícia. Somente por meio de uma colaboração efetiva, superação de barreiras e mudanças culturais significativas será possível alcançar os objetivos almejados, proporcionando uma segurança mais eficaz, participativa e adaptada às necessidades específicas de cada comunidade.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada para este estudo foi delineada com o intuito de investigar aspectos fundamentais do policiamento comunitário, especialmente no contexto da formação dos alunos na Academia de Polícia Militar de Goiás. Para tal, foram empregadas diferentes abordagens de pesquisa, alinhadas aos princípios propostos por Gil (2002) para o desenvolvimento de projetos de pesquisa.

Inicialmente, uma revisão bibliográfica foi conduzida, explorando teorias, práticas e desafios relacionados ao policiamento comunitário. Essa etapa permitiu embasar o estudo em fundamentos teóricos consolidados na literatura, fornecendo um panorama abrangente do tema e identificando lacunas no conhecimento existente. A revisão bibliográfica se enquadra em uma abordagem exploratória, caracterizada pela busca por familiarização com o tema e identificação de questões a serem exploradas (Gil, 2002).

Uma pesquisa documental foi realizada para analisar os materiais educacionais empregados na formação dos alunos na academia. Essa abordagem permitiu compreender melhor o processo de formação dos policiais, examinando os recursos didáticos utilizados e sua adequação aos princípios do policiamento comunitário. A pesquisa documental é uma técnica valiosa para investigar fenômenos sociais e educacionais por meio da análise de documentos (Gil, 2002).

O cerne da pesquisa foi um estudo de caso, no qual foram aplicados questionários aos alunos da academia. Essa abordagem proporcionou uma investigação detalhada das percepções e experiências dos participantes em relação ao policiamento comunitário. Os questionários foram desenhados para avaliar o entendimento teórico dos alunos sobre os princípios fundamentais do policiamento comunitário, bem como para analisar sua percepção sobre a importância das parcerias com a comunidade e a aplicabilidade prática desses conceitos em diferentes cenários (Gil, 2002).

Os questionários foram distribuídos online, garantindo a participação voluntária dos alunos e preservando a confidencialidade das respostas. Na etapa de análise de dados, foram aplicados métodos estatísticos para examinar as respostas obtidas, identificando padrões, tendências e correlações relevantes. Essa abordagem quantitativa complementou as informações qualitativas obtidas por meio dos questionários, permitindo uma análise objetiva dos dados coletados (Gil, 2002).

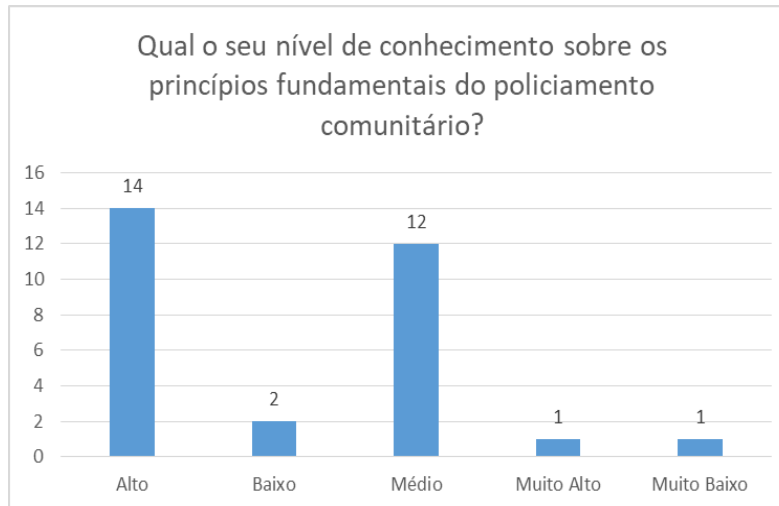
As considerações éticas foram incorporadas em todas as etapas do estudo, assegurando a confidencialidade das respostas dos participantes e obtendo consentimento informado antes da participação (Gil, 2002). Essa preocupação com a ética e o bem-estar dos participantes é fundamental para garantir a integridade e validade do estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados são compostos pela participação de 30 pessoas e revela uma distribuição variada nas respostas dos alunos em relação ao seu nível de conhecimento sobre

os princípios fundamentais do policiamento comunitário. A maioria dos alunos relatou ter um nível alto (14) ou médio (12) de conhecimento, enquanto apenas alguns indicaram níveis baixos (2) ou muito baixos (1).

Gráfico 1: Nível de conhecimento

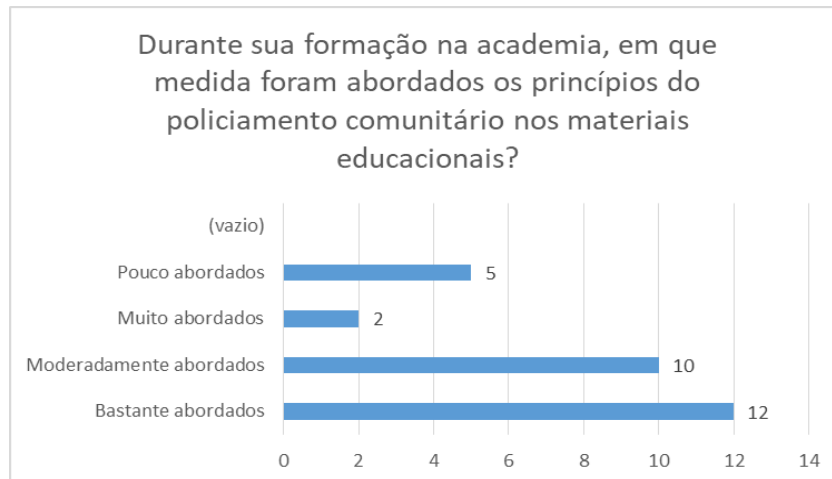


Fonte: O Autor (2024).

A ênfase na importância do policiamento comunitário, como discutido por Bayley (2002) e Camargo (2015), destaca a necessidade de uma compreensão profunda desses princípios para uma atuação policial eficaz. A segurança pública é uma responsabilidade compartilhada de todos (Bittner, 2003), e a participação ativa da comunidade é necessária para o sucesso do policiamento comunitário (Vantobra et al., 2023).

Quando questionados sobre a abordagem dos princípios do policiamento comunitário nos materiais educacionais durante sua formação, a maioria dos alunos indicou que esses princípios foram bastante (12) ou moderadamente (10) abordados. No entanto, alguns alunos indicaram que os princípios foram pouco abordados (5), indicando uma possível lacuna na cobertura do assunto.

Gráfico 2: Policiamento comunitário nos materiais



Fonte: O Autor (2024).

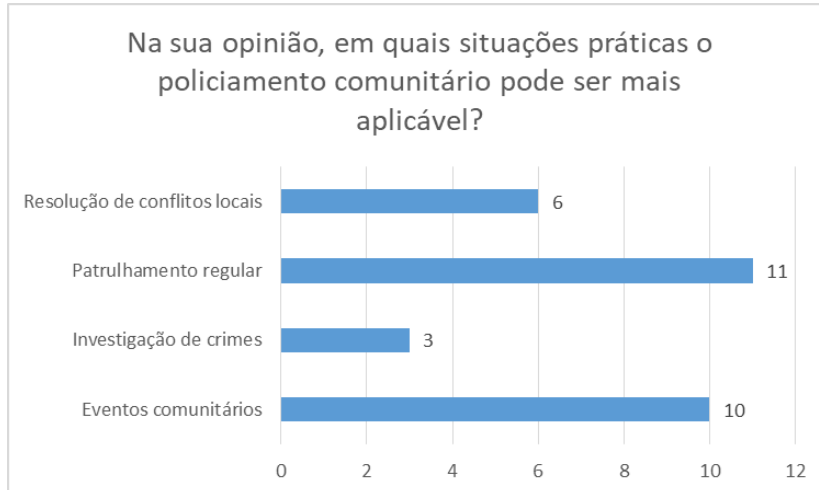
Embora a abordagem seja considerada importante pelos alunos, ainda pode haver oportunidades para aprimorar a integração desses princípios nos materiais educacionais. Assim, fica clara a importância da implementação do policiamento comunitário como filosofia, estratégia organizacional e ferramenta operacional (Camargo, 2015).

Ao considerar a importância percebida da construção de parcerias positivas com a comunidade no contexto do policiamento, a maioria dos alunos expressou que essa construção é extremamente (13) ou muito (13) importante. Isso reflete a compreensão da relevância da interação positiva entre a polícia e a comunidade, como discutido por Assis e Costa (2023) e Bayley (2002).

Nesse sentido, ficam claros os desafios enfrentados na implementação do policiamento comunitário, incluindo a necessidade de superar barreiras sociais, raciais e étnicas (Assis e Costa, 2023). Dessa forma, mostrando que os alunos reconhecem a importância da construção de parcerias positivas, ressaltam a relevância dessa abordagem para uma atuação policial eficaz em comunidades diversas.

Sobre a percepção dos alunos em relação às situações práticas em que o policiamento comunitário pode ser mais aplicável. A maioria dos alunos indicou que o policiamento comunitário é mais aplicável em eventos comunitários (10) e patrulhamento regular (11), sugerindo um reconhecimento da importância dessa abordagem em contextos de interação direta com a comunidade. Essa percepção está alinhada com a abordagem de Bayley (2002), que destaca a eficácia do policiamento comunitário em situações que envolvem uma maior proximidade e interação com a comunidade.

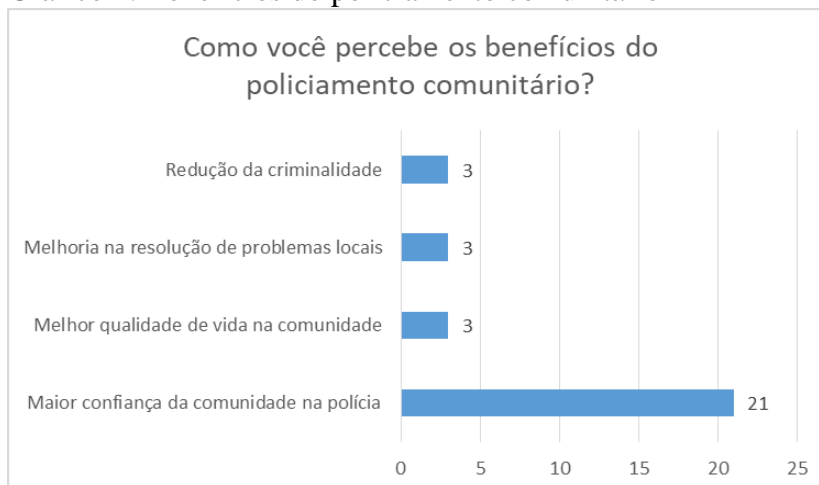
Gráfico 3: Situações práticas de policiamento comunitário



Fonte: O Autor (2024).

A resposta dos alunos, indicando que o policiamento comunitário é aplicável na resolução de conflitos locais (6), está em sintonia com a abordagem de Camargo (2015).

Gráfico 4: Benefícios do policiamento comunitário



Fonte: O Autor (2024).

Ao discutir os benefícios percebidos do policiamento comunitário, os alunos destacaram a maior confiança da comunidade na polícia (21). Essa percepção reflete a ênfase na construção de parcerias positivas discutida por Assis e Costa (2023), destacando que a confiança é um componente fundamental para o sucesso do policiamento comunitário.

Além disso, alguns alunos reconheceram a melhoria na resolução de problemas locais (3) como um benefício percebido do policiamento comunitário. Essa observação está alinhada com a visão de Moraes e Junior (2022), que enfatizam que a participação comunitária fortalece a atuação operacional da polícia, permitindo uma colaboração efetiva dos cidadãos na identificação e priorização de problemas locais.

Gráfico 5: Desafios do policiamento comunitário



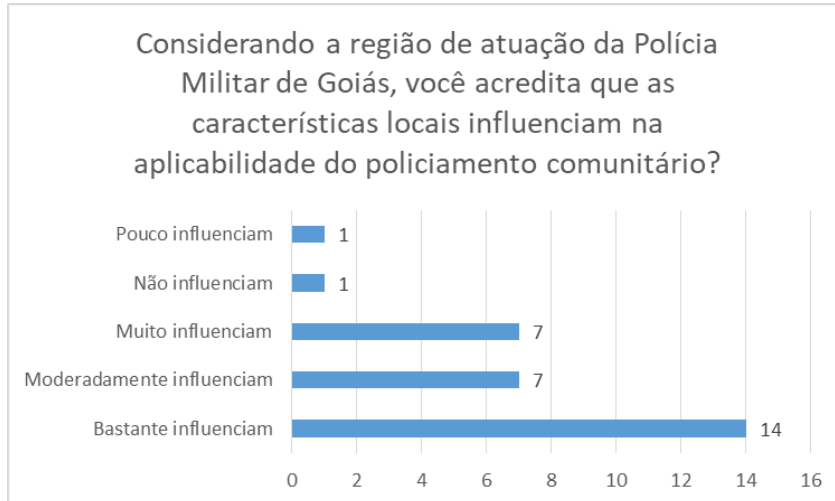
Fonte: O Autor (2024).

A dificuldade em construir parcerias efetivas (11) destaca um desafio central, apontado por Assis e Costa (2023) e Bittner (2003). A falta de recursos (14) é outro desafio identificado pelos alunos, destacando a necessidade de suporte adequado para implementar eficazmente o policiamento comunitário. Esse desafio está alinhado com as observações de Vantobra et al. (2023), que ressaltam a importância de buscar apoio dentro da sociedade para viabilizar o projeto.

A resistência da comunidade à interação policial (5) é um desafio mencionado pelos alunos, indicando a necessidade de superar barreiras sociais e culturais. Isso está em consonância com as discussões de Assis e Costa (2023) sobre a importância de superar barreiras econômicas, sociais, raciais e étnicas para promover a aproximação e colaboração com a polícia.

A análise dos resultados sobre a influência das características locais na aplicabilidade do policiamento comunitário revela uma percepção predominante entre os alunos de que essas características têm uma influência considerável. A maioria dos respondentes indicou que as características locais "bastante influenciam" (14), enquanto outros consideram uma influência "moderada" (7) ou "muito" (7). Essa percepção alinha-se com a visão de Bayley (2002), que destaca a importância de adaptar estratégias policiais às especificidades locais, reconhecendo a diversidade de desafios e necessidades de diferentes comunidades.

Gráfico 6: Região de atuação

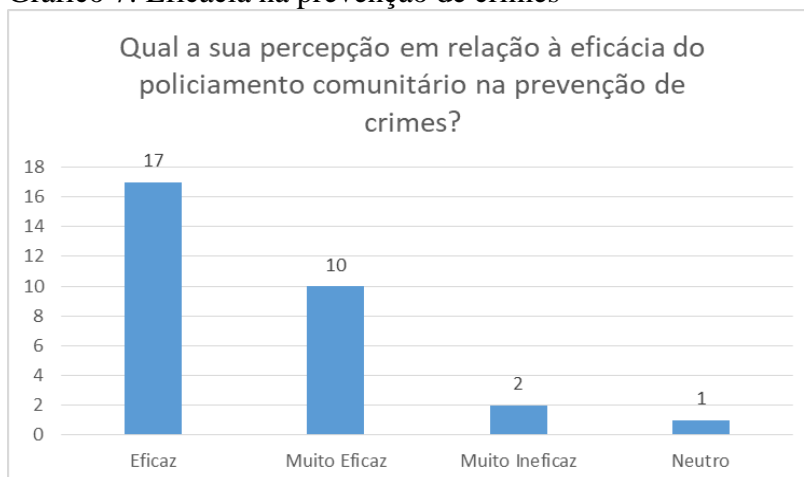


Fonte: O Autor (2024).

A participação efetiva da comunidade é um dos pilares fundamentais do policiamento comunitário. Portanto, ao considerar a influência das características locais, é vital levar em conta a dinâmica específica de cada comunidade para uma implementação bem-sucedida. (Camargo, 2015)

Quanto à percepção sobre a eficácia do policiamento comunitário na prevenção de crimes, a maioria dos alunos expressou que o consideram "eficaz" (17) ou "muito eficaz" (10). Essa percepção positiva está em linha com as conclusões de Vantobra et al. (2023), que destacam a eficácia da participação comunitária na identificação e priorização de problemas locais, contribuindo para a prevenção de crimes.

Gráfico 7: Eficácia na prevenção de crimes

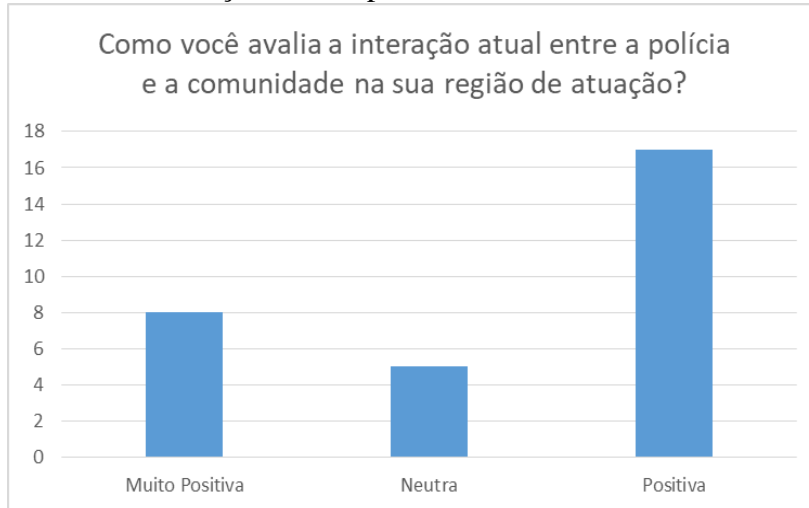


Fonte: O Autor (2024).

A maioria dos alunos considera a interação "positiva" (17), seguida por "muito positiva" (8). Essa visão está em conformidade com a proposta da Polícia Comunitária, que

visa uma relação mais próxima e colaborativa entre as forças policiais e a comunidade (Bayley, 2002).

Gráfico 8: Interação entre a polícia e comunidade

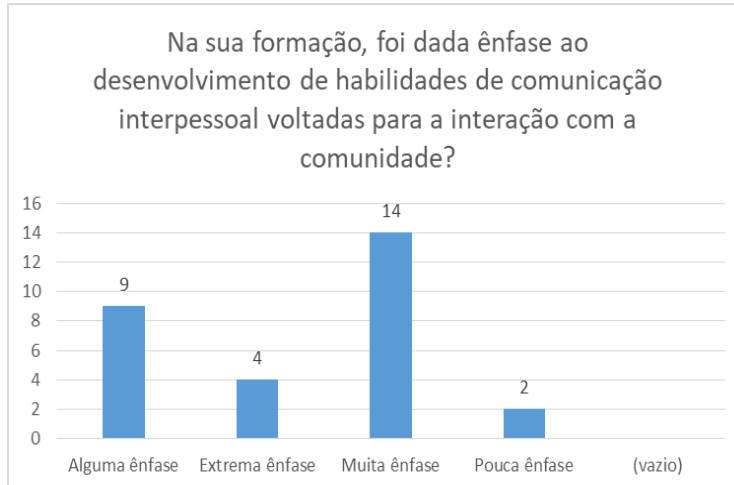


Fonte: O Autor (2024).

Contudo, é essencial considerar que a interação positiva entre a polícia e a comunidade pode ser um desafio a ser superado, como discutido por Assis e Costa (2023). Os desafios incluem a resistência da comunidade à interação policial, destacada por alguns alunos em questões anteriores. Portanto, a avaliação positiva pode indicar uma percepção idealizada, e a realidade prática pode envolver desafios a serem endereçados.

A análise dos resultados sobre a ênfase dada à formação das habilidades de comunicação interpessoal voltadas para a interação com a comunidade revela uma percepção positiva por parte dos alunos. A maioria dos respondentes indicou que houve "muita ênfase" (14) ou "alguma ênfase" (9) nesse aspecto. Essa ênfase está alinhada com a proposta da Polícia Comunitária, que destaca a importância da construção de parcerias positivas com a comunidade (Camargo, 2015). A ênfase nas habilidades de comunicação interpessoal é fundamental para estabelecer uma relação de confiança e colaboração entre a polícia e a comunidade, como discutido por Bayley (2002).

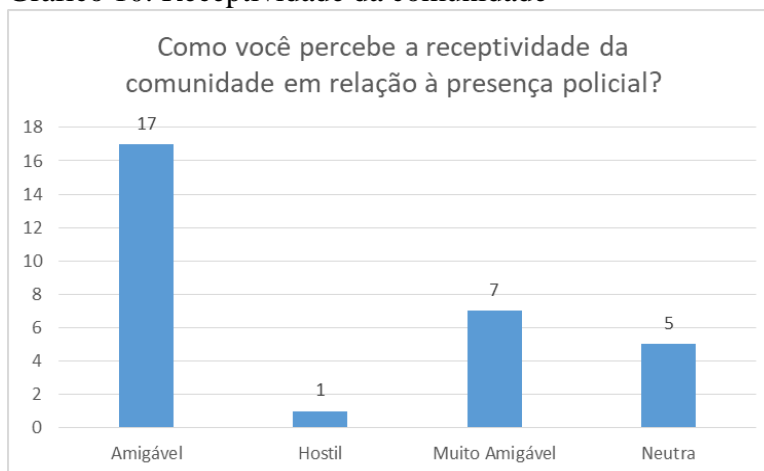
Gráfico 9: Ênfase no desenvolvimento de habilidades



Fonte: O Autor (2024).

A percepção da receptividade da comunidade em relação à presença policial é, em sua maioria, positiva, com a maioria dos alunos indicando que a comunidade é "amigável" (17) ou "muito amigável" (7). Essa percepção positiva pode ser um reflexo da ênfase dada à comunicação interpessoal na formação policial, conforme discutido na revisão teórica (Camargo, 2015). A receptividade amigável da comunidade é essencial para o sucesso do policiamento comunitário, promovendo uma colaboração mais efetiva (Moraes; Junior, 2021).

Gráfico 10: Receptividade da comunidade

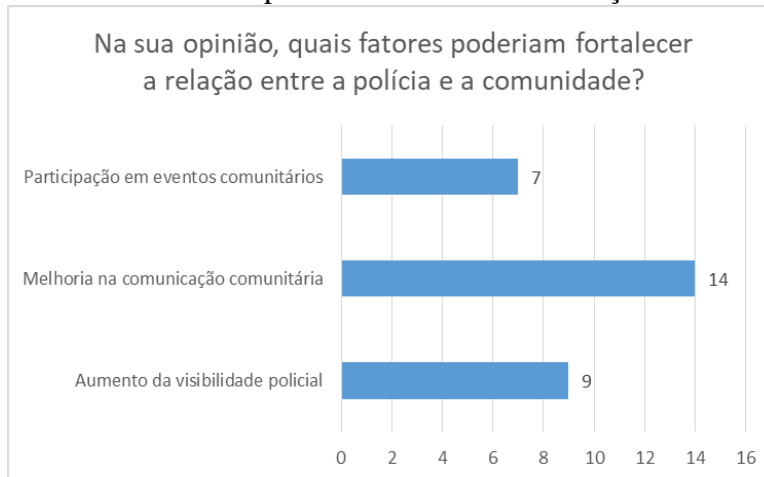


Fonte: O Autor (2024).

No que diz respeito aos fatores que poderiam fortalecer a relação entre a polícia e a comunidade, a maioria dos alunos destaca a "melhoria na comunicação comunitária" (14). Essa percepção está alinhada com as propostas de Bayley (2002), que enfatiza a importância da comunicação efetiva na construção de parcerias entre a polícia e a comunidade. A

participação em eventos comunitários também é destacada, o que coincide com a abordagem da Polícia Comunitária de envolvimento ativo nas atividades locais (Vantobra et al., 2023).

Gráfico 11: Fatores para fortalecimento da relação

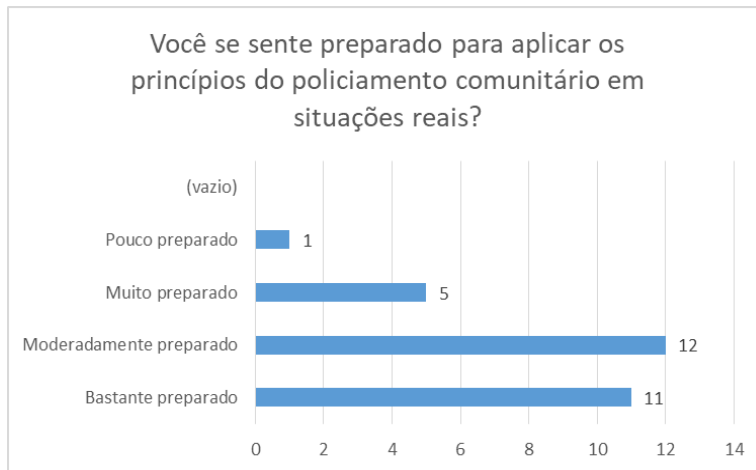


Fonte: O Autor (2024).

No entanto, é importante notar que alguns alunos mencionaram o "aumento da visibilidade policial" (9) como um fator relevante. Essa percepção pode indicar a necessidade de equilibrar a visibilidade policial com abordagens mais sutis e participativas, como propõe o modelo de policiamento comunitário (Bayley, 2002).

A análise dos resultados indica que a maioria dos respondentes se sente preparada para aplicar os princípios do policiamento comunitário em situações reais, com 11 indicando estar "bastante preparado" e 12 "moderadamente preparado". Essa percepção positiva pode ser atribuída à ênfase na formação de habilidades de comunicação interpessoal e participação comunitária, como discutido na revisão teórica (Camargo, 2015). A preparação adequada é fundamental para que os policiais possam efetivamente implementar as estratégias do policiamento comunitário (Vantobra et al., 2023).

Gráfico 12: Preparação para aplicar os princípios



Fonte: O Autor (2024).

Quanto à opinião sobre a inclusão de disciplinas práticas relacionadas ao policiamento comunitário no currículo da academia, a maioria dos alunos acredita que isso é "bastante necessário" (15) ou "extremamente necessário" (9).

Gráfico 13: Inclusão de disciplinas práticas



Fonte: O Autor (2024).

Essa percepção reforça a importância atribuída à formação prática, que é coerente com a abordagem da Polícia Comunitária de ser uma filosofia operacional (Camargo, 2015). A inclusão de disciplinas práticas no currículo pode proporcionar aos futuros policiais a vivência e as habilidades necessárias para a implementação efetiva do policiamento comunitário.

Os resultados indicam que a maioria dos alunos em formação possui um nível de conhecimento considerado médio a alto sobre os princípios fundamentais do policiamento comunitário. Esse aspecto é essencial, uma vez que o entendimento teórico é a base para a implementação eficaz das práticas comunitárias. Tais resultados são fundamentais para o

cumprimento do primeiro objetivo específico, destacando a necessidade de reforçar o conhecimento teórico na formação.

Diante do contexto, embora existam áreas de conhecimento e desafios a serem abordados, a formação na Academia de Polícia Militar de Goiás está, em grande parte, promovendo uma compreensão positiva e eficaz do policiamento comunitário entre os alunos. As percepções favoráveis sobre a importância, aplicabilidade prática e eficácia do policiamento comunitário indicam um alinhamento significativo com os princípios dessa abordagem. No entanto, os desafios identificados, como a dificuldade em construir parcerias efetivas e a falta de recursos, indicam áreas específicas que podem ser aprimoradas na formação e na prática policial futura.

Recomenda-se que as autoridades responsáveis pela formação continuem investindo em abordagens práticas e teóricas que fortaleçam ainda mais o entendimento e a aplicação do policiamento comunitário. Além do que, considerando a influência das características locais, é imprescindível que a formação seja adaptada para abordar as particularidades da região de atuação da Polícia Militar de Goiás.

5 CONCLUSÃO

De acordo com os objetivos da pesquisa, os dados revelaram uma sólida base de conhecimento teórico entre os alunos sobre os princípios fundamentais do policiamento comunitário, o que é essencial para uma atuação policial eficaz e voltada para a comunidade. No entanto, também destacaram áreas de oportunidade para aprimoramento, especialmente em relação à integração desses princípios nos materiais educacionais e à preparação prática para aplicá-los em situações reais.

A importância atribuída à construção de parcerias positivas com a comunidade foi um ponto destacado de forma consistente pelos alunos, refletindo uma compreensão sólida da necessidade de uma colaboração efetiva entre a polícia e os cidadãos para o sucesso do policiamento comunitário. No entanto, os desafios identificados, como a dificuldade em construir parcerias efetivas e a falta de recursos, ressaltam a necessidade de abordar questões práticas e estruturais para promover uma implementação bem-sucedida dessa abordagem.

A percepção positiva dos alunos sobre a eficácia do policiamento comunitário na prevenção de crimes e na promoção de uma interação positiva entre a polícia e a comunidade é encorajadora. No entanto, é importante reconhecer que essas percepções podem ser idealizadas e que a realidade prática pode envolver desafios significativos a serem superados.

Com base nos resultados desta pesquisa, recomenda-se que as autoridades responsáveis pela formação na Academia de Polícia Militar de Goiás continuem investindo em abordagens práticas e teóricas que fortaleçam ainda mais o entendimento e a aplicação do policiamento comunitário. Isso inclui revisar e aprimorar os materiais educacionais para garantir uma cobertura abrangente dos princípios do policiamento comunitário, bem como expandir as oportunidades de treinamento prático para preparar os alunos para aplicar esses princípios de forma eficaz em situações reais.

Nada obstante é necessário adaptar a formação para abordar as particularidades da região de atuação da Polícia Militar de Goiás, levando em consideração as características locais e as necessidades específicas das comunidades atendidas. Isso pode envolver a colaboração com líderes comunitários, instituições locais e outros parceiros para desenvolver estratégias de policiamento comunitário que sejam culturalmente sensíveis e eficazes.

Conclui-se que o sucesso do policiamento comunitário depende do compromisso contínuo com a construção de relações positivas e de confiança entre a polícia e a comunidade. Ao fortalecer a formação dos futuros policiais nessa abordagem, a Academia de Polícia Militar de Goiás pode desempenhar um papel fundamental na promoção da segurança pública e no fortalecimento do tecido social em Goiás.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Danieli Aparecida Ramos; COSTA, Jaider dos Santos. A reestruturação do modelo de segurança pública brasileiro: polícia comunitária e as barreiras para sua inserção. **Brazilian Journal of Development**, v. 9, n. 2, p. 7004-7013, 2023.

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento**: uma análise comparativa internacional. São Paulo: Edusp; 2002.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. 2.ed. Edusp: São Paulo, 2003.

CABRAL, Djaíse Rodrigues et al. Polícia comunitária: o que o modelo implementado em uma cidade no agreste de Alagoas revela a segurança pública?. **Revista Produção e Desenvolvimento**, v. 4, n. 2, p. 76-91, 2018.

CAMARGO, Carlos Alberto. Polícia Comunitária: a estratégia de implantação do atual modelo. **Revista brasileira de segurança pública**, v. 9, n. 2, 2015.

CARVALHO, K. de O. **A Implantação do modelo de polícia comunitária no Brasil**: um estudo de caso na comunidade da Grande Forquilha, no município de São José/SC, 2004. Disponível em:

http://www.uece.br/labvida/index.php/arquivos/doc_download/178aimplantacaodomodelodepoliciacomunitarianobrasil Acesso em: 02 dez 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas SA, 2002.

JÚNIOR, Nelson Villa; CRUZ, Raffael Piontkievicz. Polícia Comunitária: o aprimoramento da segurança pública por meio das redes sociais da Polícia Militar do Estado do Paraná. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 4, p. 24831-24847, 2022.

MESQUITA NETO, Paulo de. Policiamento comunitário e prevenção do crime: a visão dos coronéis da Polícia Militar. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, p. 103-110, 2004.

MORAES, Jucimar Inácio; JÚNIOR, Paulo de Tarso Augusto. Aspectos legais da polícia ostensiva de competência da polícia militar. **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP)-ISSN 2595-2153**, v. 4, n. 8, p. 123-140, 2021.

VANTROBA, Rodrigo et al. A polícia comunitária como ferramenta de aproximação à comunidade: da teoria à prática. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 5, p. 3438-3453, 2023.